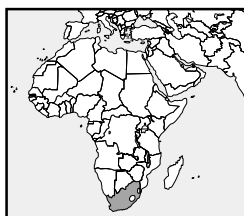


## Debate sobre injustiça social, do Parlamento para as ruas

ANDILE MNGXITAMA

ANN EVELETH



As conquistas democráticas da transição de 1994 na África do Sul passaram a sofrer pressões à medida que os novos líderes adotavam políticas neoliberais diante das reivindicações da maioria pobre por uma rápida transformação social e econômica. Nessa época, “12 milhões de sul-africanos não tinham acesso à água potável, 20 milhões não possuíam acesso a saneamento adequado [...] e mais de 20 milhões não tinham eletricidade”,<sup>1</sup> enquanto 87% das terras estavam em mãos de cerca de 60 mil agricultores(as) brancos(as).

Para transformar a economia, o governo adotou a Estratégia de Crescimento, Emprego e Redistribuição (Gear, na sigla em inglês) em 1996. Sua premissa principal é a de que uma forte disciplina fiscal, flexibilização da mão-de-obra e privatizações desenvolveriam a economia, atraindo investimentos estrangeiros. Várias formas de privatização – da venda total até parcerias com o setor privado – têm sido implementadas em setores que vão do turismo a telecomunicações, das linhas aéreas às ferrovias. Todas essas privatizações resultaram em perdas de emprego e aumentos nos custos dos serviços. Entretanto, as privatizações têm sido justificadas com argumentos de que os serviços estão fora do escopo da responsabilidade estatal e que promovem a eficiência e a geração de renda para os projetos de desenvolvimento governamentais.

### Cidadania em cifras

Mais generalizada do que essas grandes privatizações, altamente divulgadas, é a gradual expansão de um conceito apresentado como “parceria público-privada” (PPP) entre governos municipais e, principalmente, capitais multinacionais. Como as PPPs não requerem a venda de bens do Estado, é comum que esses negócios sejam concebidos fora da vigilância pública. Embora os Estados locais mantenham a propriedade nominal, as empresas assumem o desenvolvimento da infra-estrutura, a prestação dos serviços, a fixação dos preços e a arrecadação. É justamente nesse campo que o neoliberalismo tem cobrado o preço mais alto do setor mais pobre da população, à medida que os princípios da “recuperação de custos” têm precedência sobre os direitos humanos básicos, resultando em desconexões ou cortes generalizados dos serviços. Esses mecanismos também são cada vez mais usados pelos governos locais, mesmo na ausência de parceiros privados.

Em consonância com os princípios da “recuperação de custos”, os serviços básicos foram transformados em mercadorias, solapando o acesso das pessoas pobres ao abastecimento de água, um serviço local no qual as PPPs se espalharam rapidamente. A introdução de taxas de consumo exorbitantes em comunidades que antes recebiam o serviço gratuitamente representa a rejeição neoliberal às soluções de subsídios cruzados oferecidas pela sociedade civil, nas quais as parcelas ricas pagariam uma porção maior dos custos totais dos serviços.

Ao contrário, o envolvimento das multinacionais e o império do lucro no abastecimento da água têm levado a que os(as) consumidores(as) mais pobres (especialmente em áreas rurais) terminem pagando tarifas mais altas para subsidiar pessoas ricas, principalmente brancas, suburbanas e empresárias. Por exemplo, 25% da oferta total de água é consumida pela indústria e pela mineração, 50% pela agricultura comercial e 12% da água é utilizada em jardins e piscinas da classe média, majoritariamente branca. A população pobre sul-africana, cerca da metade do contingente total, consome somente 1% ou 2% da oferta de água nacional.<sup>2</sup>

A estratégia principal para a água é a de “construir, operar, capacitar e transferir” (Bott, na sigla em inglês), adotada em 1997, que privatiza a prestação de serviços, no lugar do bem em si. Após um longo período de investimento de seu próprio capital e da “prestação” do serviço, a empresa privada devolveria a atividade ao governo. Durante esse período, o setor privado realiza os serviços na base exclusiva do lucro, em que a “recuperação de custos” é o princípio diretivo.

Mais de oito anos após o fim do *apartheid*, é evidente a falácia dessa política. Em 1994, cerca de 12 milhões de pessoas não tinham acesso à água potável. Embora o governo informasse que havia dado acesso à água a 7 milhões de novos e novas

<sup>1</sup> “The cost of living: how selling basic services excludes the poor”, South African People and Environments in the Global Market, Folheto 3, Groundwork, 2002.

<sup>2</sup> COTTLE, E.; DEEDAT, H. The cholera outbreak: a 2000–2002 case study of the source of the outbreak in the Madlebe Tribal Authority areas, Uthungulu Region, KwaZulu-Natal. RDSN, ILRIG, 2002.

consumidores até fevereiro de 2002, um relatório enfaticamente crítico, publicado por um organismo oficial, o Conselho de Pesquisas de Ciências Humanas, revelou que quase 10 milhões de pessoas tiveram seu abastecimento de água desconectado no mesmo período. Desde o fim do *apartheid*, o verdadeiro número de pessoas que não têm acesso a essa fonte básica de vida pode ter crescido.

O corte da conexão do serviço de água é o principal mecanismo de “controle de crédito” utilizado pelos provedores multinacionais, que não têm a obrigação social de fornecer água às camadas pobres. Para elas – especialmente aquelas que vivem em áreas rurais ou em densos assentamentos urbanos informais e não possuem saneamento adequado –, essas desconexões resultaram em surtos de cólera e centenas de mortes, uma vez que as pessoas eram forçadas a utilizar fontes de água contaminadas. O sistema de cartões pré-pagos é utilizado para garantir o pagamento. Esses cartões são recarregados com o pagamento de uma taxa, e, quando a quantia está esgotada, o acesso é automaticamente cortado.

No setor elétrico tem ocorrido o mesmo fenômeno de grande número de desconexões, que ofuscam a prestação de novos serviços. Assim aconteceu antes da entrada da Eskom, empresa estatal de eletricidade, na bolsa de valores. Em 1994, havia mais de 20 milhões de sul-africanos(as) sem acesso à eletricidade, e a Eskom estabeleceu metas para realizar mais de 350 mil novas conexões por ano, em uma grande campanha de expansão. No entanto, ao mesmo tempo, a empresa começou o processo de *comercialização* (típico precursor da privatização total na África do Sul), incluindo medidas estritas de “controle de crédito” e de “recuperação de custos”.

Segundo estudo do Centro de Informação Alternativa e Desenvolvimento (Aidc, na sigla em inglês), as alegações do governo de que o programa de eletrificação da Eskom realizou 4 milhões de novas conexões desde 1994 são curiosamente compensadas pelo fato de que o consumo de eletricidade diminuiu durante o mesmo período. Claramente, a explicação é o número crescente de desconexões e o consumo baixo que as pessoas pobres se impõem por não poderem pagar a conta de eletricidade. O relatório do Aidc revelou que o número mensal de desconexões subiu fortemente de 22.320 em 1996 para 98.775 em 2001. Os últimos dados mostram claramente os avanços das novas 29.167 ligações que a Eskom planeja realizar mensalmente. No melhor dos casos, o número de pessoas que perdem acesso a cada mês é três vezes maior do que o de novas pessoas usufruindo do serviço.<sup>3</sup>

A comercialização de serviços essenciais, como água e eletricidade, não impediu que o Estado vinculasse seus esforços de “recuperação de custos” ao acesso da população pobre à moradia. Um estudo recente realizado pela Rede de Desenvolvimento de

Serviços Rurais revelou que mais de 2 milhões de pessoas foram despejadas de seus lares desde 1994 porque não pagaram suas contas de água.<sup>4</sup> O princípio pelo qual os(as) pobres, dependentes do apoio do Estado, perdem acesso a todos os serviços porque não podem pagar por um deles é fonte de um profundo descontentamento social.

Além dos despejos urbanos, diretamente relacionados ao não-pagamento de outros serviços, os esforços de privatização municipal direcionados à venda de unidades habitacionais públicas à população de baixa renda têm desalojado milhões de pessoas. Essas pessoas não tiveram recursos para pagar o preço estabelecido para o imóvel que já haviam pago muitas vezes por meio do aluguel. Embora o governo afirme que entregou mais de 1 milhão de casas novas desde 1994, despejos e remoções forçadas de assentamentos informais – para abrir espaço para os planos de *desenvolvimento* privados, que incluem centros comerciais e parques de diversão – comprometeram quaisquer avanços.

Agora, os sem-teto estão obrigados a fazer uma “contribuição própria” antes que o governo possa conceder subsídios habitacionais. Essa política permite que as pessoas com recursos driblem a fila de espera. As exigências de “recuperação de custos” e de “contribuição própria”, em um contexto de pobreza generalizada, equivalem a negar o direito de cidadania. Os verdadeiros cidadãos são aqueles com dinheiro no bolso.

## Indignação e fome

Estimativas relativamente conservadoras revelam um índice de desemprego entre 30% e 40% da População Economicamente Ativa (PEA). A privatização é uma das principais causas do crescente desemprego. Este tem aumentado principalmente porque, nos últimos 15 anos, tanto o setor público como as empresas privadas eliminaram grande quantidade de postos de trabalho permanentes de baixa capacitação. De acordo com dados do Instituto de Estatísticas do Estado (StatsSA), a média de domicílios de famílias negras perdeu 19% de sua renda real desde 1995, enquanto a média de domicílios de famílias brancas cresceu 15%.

Em flagrante contradição com as afirmações governamentais de que estaria “desraciando” a economia, o domicílio médio de famílias brancas teve renda seis vezes maior do que o domicílio médio de famílias negras no ano 2000, enquanto a distância de renda entre as raças era de 400% em 1995. Além disso, a parcela 40% mais pobre dos domicílios teve uma queda de 16% na sua renda total durante o mesmo período, com a parcela 20% mais rica apropriando-se de 65% de toda a renda dos domicílios.<sup>5</sup> O StatsSA informa que a taxa de desemprego subiu fortemente, de

4 COTTLE e DEEDAT, op. cit.

5 O percentual de domicílios com renda de menos de US\$ 73 mensais cresceu de 20%, em 1995, para 28%, em 2000. Durante esses cinco anos, os 80% dos domicílios mais pobres gastaram uma proporção maior em alimentos. BUSINESS DAY. StatsSA income figures make gloomy reading. *Business Day*, 22 nov. 2002.

3 Alternative Information and Development Centre. Back to candles and lamps. *Daily Dispatch*, 24 ago. 2002.

16%, em 1995, para quase 30%, em 2002. Entretanto, outras estimativas que utilizam definições diferentes da PEA colocam a taxa de desemprego entre 40% e 43%.

O legado racialmente enviesado que estrutura a distribuição de terras no país não mudou. Desde 1994, menos de 2% dos 122 milhões de hectares de terra do país mudaram de dono, com a implementação do programa neoliberal. Enquanto isso, 19 milhões de pobres e sem-terra nas zonas rurais e 7 milhões de pobres e sem-terra nas zonas urbanas precisam de terra.

Trabalhadores e trabalhadoras urbanos desempregados retornaram às áreas rurais, procurando terra para cultivar alimentos. Os custos crescentes dos alimentos agravaram a crise da terra. A última Pesquisa do Nível de Subsistência dos Domicílios revelou que a população sul-africana mais pobre sofreu em 2002 o maior aumento anual do custo de vida básico dos últimos 30 anos (17,1%). Cerca de 60% desse aumento está relacionado aos gastos com alimentação. O aumento dos preços dos alimentos desencadeou tal indignação em 2001 que o governo se viu obrigado a tomar uma atitude – embora tenha concedido somente aumentos mínimos nos subsídios sociais – ou, então, teria de enfrentar a possibilidade de distúrbios sociais.<sup>6</sup>

O acesso à terra para a produção de alimentos de consumo doméstico representa um mecanismo importante para evitar a fome. Mas o governo tem desprezado essa possibilidade em favor de seu mantra de “recuperação de custos”. Em 1999, o principal programa de reforma agrária sofreu drástica mudança, passando de uma linha de atuação voltada às parcelas pobres para a criação de uma classe de agricultores comerciais negros. O mecanismo principal dessa mudança foi a imposição da exigência de “contribuição própria” para quem buscava acesso à terra pelo Programa de Redistribuição de Terras para o Desenvolvimento Agrícola (LRAD, na sigla em inglês). Essa exigência desestimulava a entrada dos pobres na economia agrícola, pois eles tinham poucas probabilidades de arcar com seus próprios insumos de capital.

Os movimentos sociais se fortaleceram nos últimos anos.<sup>7</sup> E se engajaram num leque de ações locais e nacionais, incluindo ocupações de terra, reconexões do serviço de eletricidade, retomadas de casas para quem foi removido(a) à força ou despejado(a), assim como marchas e manifestações. Esses movimentos uniram suas forças, com apoio de grande número de movimentos internacionais, para liderar uma marcha de protesto de 30 mil pessoas, durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – realizada em Johannesburgo, em agosto de 2002. Tal manifestação destacava a distância entre o compromisso do governo com desenvolvimento sustentável e a realidade dos patamares decrescentes de desenvolvimento como consequência do neoliberalismo.<sup>8</sup> Centenas de pessoas foram presas e detidas, especialmente na semana da Cúpula. Muitas sofreram espancamentos e humilhações. Na maior parte, os casos tinham sido arquivados quando os(as) participantes dos protestos compareceram aos tribunais. Estava claro que a democracia começava a tirar suas luvas.

Em todos os setores da economia sul-africana, políticas socioeconômicas voltadas para interesses do capital nacional e estrangeiro – em vez de voltadas para o crescimento econômico – resultaram na acumulação crescente de riquezas nas mãos de uma pequena elite e no crescente empobrecimento e exclusão da maioria. O desespero da população não pode prosseguir sem que haja uma grande ruptura social, à medida que as pessoas perdem a paciência com as promessas da economia do *trickle-down*.<sup>NT</sup> A distância entre pessoas ricas e pobres já começou a transferir o centro do debate socioeconômico dos corredores do Parlamento para as ruas. Tudo indica que essa situação vai perdurar. ■

Comitê Nacional da Terra  
<andile@nlc.co.za>

6 StatsSA, Pesquisa do Nível de Subsistência dos Domicílios, outubro de 2002. Segundo a pesquisa, no último ano, o custo do alimento básico *mealiemeal* (farinha de milho) aumentou 110%, as batatas, 82%, o repolho, 60% e o leite em pó, 38,5%. De acordo com um estudo do Departamento de Medicina da Universidade da Cidade do Cabo, cerca de 43% dos domicílios sul-africanos não podem pagar uma dieta adequada (cf. TRENCH, Andrew. Food prices break 30-year record. *Sunday Times*, 5 out. 2002). Há também relatos de mortes de crianças por desnutrição (cf. MKHIZE, Thabo. 166 SA children die from starvation. *Sunday Times*, 21 jul. 2002).

7 Incluindo o Movimento dos Sem-Terra (nacional), a Campanha contra os Despejos (Cidade do Cabo), o Fórum dos Cidadãos Conscientes (Durban) e o Fórum Antiprivatização.

8 Centro da Mídia Independente (Independent Media Centre), África do Sul. Disponível em: <www.imc-sa.org.za>.

NT Teoria econômica segundo a qual benefícios financeiros concedidos a grandes empresários(as) e investidores(as) terminariam beneficiando pequenos(as) empresários(as) e o público consumidor.